

Entidades de Representação na luta pela Dignidade de trabalhadores e trabalhadoras

O Ministério de Minas e Energia – MME lançou uma Consulta Pública que, supostamente, propõe a discussão de um novo marco regulatório do Setor Elétrico baseado na expansão do mercado livre de energia, com a falsa argumentação de que tal expansão resultará em ganhos à sociedade brasileira. Todas as justificativas para a concretização dos planos do governo para o setor já estão prontas, não importa qual o resultado das consultas, ou seja, uma mera 'formalidade'. Na verdade todos nós sabemos que o mote é a privatização das empresas estatais federais.

As Entidades de Representação dos Trabalhadores têm consciência da gravidade do assunto e, diante do cenário colocado, considera essencial a união de forças para resistir e prevalecer sobre a devastação que se anuncia.

Todavia, não sentaremos à mesa para discutir o futuro de uma das maiores empresas elétricas estatais do mundo com quem é declaradamente a favor do Mercado. Com quem já afirmou que diminuirá benefícios dos trabalhadores e trabalhadoras no próximo Acordo Coletivo de Trabalho (inclusive a cláusula de garantia de emprego!), com seus asseclas e cúmplices.

Enfim, não podemos compartilhar a mesa com quem, maquiavelicamente, tenta aniquilar a imagem da Eletrobras na sociedade, desde a retirada da logomarca da Empresa da fachada do seu edifício sede, até a desqualificação de seu quadro técnico, chamando trabalhadores e trabalhadoras de inúteis e vagabundos.

Assim, reafirmando a luta que vem sendo travada há alguns anos contra a privatização e o desmonte do Sistema Eletrobras, participaremos do **Seminário: "Privatizar não é a Solução"**, a partir de hoje, e até o dia 20/07, em Brasília, com o objetivo de organizar a luta jurídica e a mobilização da categoria para barrar esse processo hediondo que busca dar fim a maior empresa do Setor Elétrico da América Latina.

Diante desse quadro devastador, que alguns insistem em não enxergar e/ou, mesquinamente, aproveitam-se da situação, o papel da AEEL é promover a união dos trabalhadores e trabalhadoras, às demais Entidades Sindicais, aos acadêmicos e políticos que têm compromisso com a luta pela continuidade das Empresas do Sistema Eletrobras e por um país justo e soberano.

É bom fazer saber também que as finalidades e objetivos da AEEL, estão descritos do seu estatuto:

- Art. 9º - Defender os objetivos que inspiravam a criação da Eletrobrás como Empresa Holding do Sistema Eletrobras.
- Art. 13º - Acolher e analisar as reclamações, recursos e representações associados, representando seus interesses no encaminhamento e acompanhamento perante a Eletrobrás, Fundação Eletros e Fabes.
- Art. 14º - Representar, juntamente com os sindicatos signatários, os interesses dos empregados nas negociações com a representação patronal.
- Art. 15º - Zelar permanentemente pelo cumprimento dos acordos e convenções coletivas de trabalho.
- Art. 18º Solidarizar-se com todos os movimentos da classe trabalhadora e dos povos que caminham na perspectiva de uma sociedade livre e igualitária, pautando seu comportamento nos limites da Lei.
- Art. 20º - Manter relações com as demais entidades de categoria profissional para concretização da solidariedade social e defesa dos interesses dos empregados.

E é sob eles que permeamos nossa atuação há 34 anos, com coerência e honestidade, pois consideramos que **A DIGNIDADE É O MAIOR BEM QUE ALGUÉM PODE ALMEJAR NA VIDA**, mas, infelizmente, nem todos querem.

O Coletivo Nacional dos Eletricitários – CNE publicou um boletim sobre o Seminário “Privatizar não é a Solução”, que pode ser acessado [aqui](#).

Juntos somos mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nas logos abaixo](#))

**A Diretoria, em 18 de julho de 2017.
Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL**





17.07.2017

PRIVATIZAR NÃO É A SOLUÇÃO

Enquanto os holofotes da grande mídia estão voltados para o cenário político e as questões das reformas trabalhistas e previdenciárias, alguns processos e medidas provisórias estão tramitando no governo, nos âmbitos executivo, legislativo e judiciário.

Um dos processos, que afeta diretamente a categoria elétrica, são as Consultas Públicas do Ministério de Minas e Energia – MME que propõe discutir um novo marco regulatório do setor elétrico baseado na expansão do mercado livre de energia, com a falsa argumentação de que essa expansão resultará em ganhos à sociedade brasileira. Para tanto, o mote é a privatização das empresas estatais federais.

Falsa argumentação porque já está provado e comprovado que a privatização de empresas estatais não traz benefícios à sociedade, haja vista o que ocorreu na área de telefonia e na área de distribuição de energia elétrica.

O atual modelo de setor elétrico merece ser revisitado, mas qual será o olhar lançado sobre ele? O olhar de que as empresas estatais são grandes elefantes, pesados e ineficientes, como tem sido propagado pela atual gestão da própria Eletrobras que está a serviço do mercado financeiro? Ou o olhar de que as empresas estatais são robustas, necessárias e indispensáveis à modicidade tarifária e à sociedade brasileira?

O CNE defendeu no passado e continuará defendendo que a Eletrobras deve ser fortalecida enquanto empresa estatal. Se querem mudar o modelo vigente seja na ótica de diminuir o percentual dos impostos e taxas pagas aos governos estadual que pode chegar a 30% do valor em média e federal que chega a 7%; que se redefinem as formas de aumentar as tarifas ao consumidor que hoje contam com 4 formas de aumento (aumento anual, revisão periódica, revisão extraordinária e o sistema de bandeiras); que se extinga a figura da comercializadora de energia que nada faz e tudo leva, por exemplo.

Para debater as propostas que serão apresentadas às Consultas Públicas, o Coletivo Nacional dos/as Eletricitários/as – CNE realizará nos dias 19 e 20 próximos o Seminário Privatizar não é a solução, no Hotel Nacional, com a presença de acadêmicos, técnicos do setor, conselheiros/as eleitos/as das empresas, parlamentares, assessorias jurídicas e políticas.

Neste momento, a nossa unidade é fundamental! Nossa mobilização é essencial para barrar esse novo marco regulatório do setor que na verdade significa a privatização das nossas empresas! Participe, se você tem contribuições para essa consulta pública, participe do Seminário. Se não é possível a participação presencial, **encaminhe sua contribuição pelo email: falacne@gmail.com.**

Enquanto isso: Já foi aprovado no Senado o PLP 268/2016, de autoria de Aécio Neves (PSDB-MG), que propõe a retirada da representação dos participantes nas instancias deliberativas nos fundos de pensão, incluindo dois conselheiros “independentes” e a inclusão do TCU no processo de fiscalização. Essa proposta desestabiliza a representação dos trabalhadores/as nos conselhos, já que os “independentes” serão indicados pelo governo, que já indicam via empresas. Dessa maneira fica muito mais fácil alterar os estatutos, regulamentos e outros. O TCU fiscaliza na esfera estatal e os fundos de pensão estão no âmbito privado, qual será a real intenção de colocar o TCU nessa jogada? Até o momento, o movimento tem sido contrário, retirar a participação do Estado, porque aonde há recursos colocar o Estado? Agora essa matéria está no âmbito da Câmara Federal, em regime de urgência.